

Islamismo e Transexualidade: um estudo sobre a obrigatoriedade da cirurgia e mudança de sexo aos transgêneros no Irã

Andréa Fátima Salvador¹

O ano era 1983. O véu da Revolução Islâmica de 1979² mal havia assentado sobre a sociedade iraniana quando o jovem Fereydoon trajando vestimentas masculinas, coberto de sangue após uma surra dos seguranças oficiais do palácio, jogou-se aos pés do aiatolá Khomeini pedindo compreensão. Esse era o termo usado pelo jovem: compreensão. Fereydoon não pedia por clemência, nem por absolvição. Ele pedia por algo que até hoje ainda é objeto de busca de tantas pessoas que não se alinham a um código binário estabelecido pelas sociedades, tanto ocidentais como orientais; pedia compreensão a algo visto socialmente como transgressão da norma binária.

Embora o religioso já houvesse escrito em 1963 que a religião não impedia que um hermafrodita passasse por uma cirurgia de adequação de sexo, nada sabia dizer sobre os transexuais. Mas, diante de Fereydoon, o líder supremo do mesmo país que prescrevia a pena de morte para homossexuais permitiu a cirurgia de mudança de sexo, por meio de uma fatwa (édito religioso com peso de lei). O jovem se tornaria Maryam Khatoon Molkara e mudaria a vida de milhares de “mulheres presas em corpos masculinos”. Desde o ano de 2008, o Irã só se encontra em desvantagem à Tailândia quando o assunto é cirurgias de transgenitalização realizadas, sendo que o próprio governo chega a arcar com até metade dos custos para a realização do procedimento cirúrgicos³. Ainda, após o procedimento, o estado “garante” ao sujeito a mudança do sexo e do nome em documentos oficiais.

¹ Mestranda do PPGH UDESC (bolsista PROMOP), vinculada ao LIS (Laboratório de Imagem e Som) e LABGEF (Laboratório de Gênero e Estudos de Família), Bacharel em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Email: andrea.salvador@gmail.com

² Apoiada na sua fase inicial pela maioria da população e por diferentes facções ideológicas - provocando a fuga do Xá e a instalação do Aiatolá Ruhollah Khomeini como chefe máximo do país. Estabeleceu-se uma república islâmica, com leis conservadoras inspiradas no Islamismo e com o controle político nas mãos do clero. Os governos iranianos pós-revolucionários criticaram o Ocidente e os Estados Unidos em particular pelo apoio dado ao xá.

³ <http://ladobi.uol.com.br/2015/07/isla-homossexualidade/>

A ideia de que uma religião considerada extremamente rigorosa reconheça a transexualidade como uma condição individual válida pode parecer estranha a princípio, mas este reconhecimento está, na verdade, ligado ao conservadorismo de uma religião que procura colocar todos os seus seguidores sob a mesma norma. Segundo Durkheim:

Que se tomem um a um todos os membros de que é composta a sociedade; o que precede poderá ser repetido a propósito de cada um deles. Eis aí, portanto, maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais [...] Em se tratando de máximas puramente morais, a consciência pública reprime todo ato que as ofenda através da vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e pelas penas especiais de que dispõem. (DURKHEIM, 2007, p.2)

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de materiais midiáticos disponíveis na internet, os quais abordavam as questões sobre a homossexualidade e transexualidade em países islâmicos. Foram primeiramente selecionados os que disponibilizaram material referente à cirurgia de adequação de gênero no Irã por se tratar de procedimento pioneiro no mundo islâmico. O objetivo inicial da presente pesquisa é desenvolver uma análise relacional entre os fatos e os fatores que levaram a decisão legal que abarca as medidas tidas como reparatórias pela legislação iraniana. Se de um lado a homossexualidade é vista como um comportamento anti-natural pelo islamismo, por outro a transexualidade, bem como a intersexualidade, são consideradas doenças que podem ser “curadas” através da cirurgia. Esta visão se difundiu a partir da década de 1980, com a fatwa (uma opinião dada por um clérigo que tem validade de lei) de Aiatollah Khomeini, reforçada pelo seu sucessor, Ali Khamenei e partilhada por outros líderes religiosos, de que não há restrição, na religião islâmica, para que pessoas intersexo (que nascem com genitálias ambíguas) tenham seus genitais “corrigidos”. A possibilidade de se submeter à cirurgia foi posteriormente estendida a pessoas transexuais, que desde 2001 podem abertamente passar pelo processo. Portanto, a aceitação não é sinônimo de uma visão mais liberalista no que diz respeito a transgeneridade e, também não significa que pessoas trans não sejam estigmatizadas na sociedade. A legalização da transexualidade tem mais a ver com a “normalização” das pessoas e

de seus corpos para que se encaixem no padrão heterossexual de vida, o que é bem distante do reconhecimento ou da compreensão de uma diversidade das identidades trans⁴ propriamente ditas.

Outra questão bastante problemática está na punição com a morte para aqueles que cometem o crime da homossexualidade. Muitas vezes, indivíduos temerosos, para escapar da morte, acaba por optar pelo processo “transexualizador”, a fim de se tornar um indivíduo heterossexual. Uma prática recorrente entre profissionais como psicólogos e psiquiatras, por exemplo, é a de orientar homens e mulheres homossexuais a procurar tratamento por sofrer de uma doença, coagindo-os a passar pelos procedimentos para que mudem de gênero, fechando os olhos para as diferenças entre sexualidade e identidade.

[...] De outro são percebidas como pessoas doentes, vivendo em conflito com o seu próprio corpo; “nascidas em corpos errados”, como muitas pessoas transgêneras ainda insistem em se classificar. Predomina, portanto, a ideia de que a condição transgênera oscila entre um problema de ordem moral, em razão da presumida conduta sexual desenfreada, e um conflito emocional entre corpo e subjetividade, em razão da categoria de gênero em que a pessoa foi enquadrada ao nascer e a categoria de gênero qual a qual ela se identifica e deseja expressar no seu dia-a-dia. (LANZ, 2017, p.29-30)

Nesse sentido, existe uma norma pré-concebida na ordem social que faz com que a pessoa transgênero⁵ seja vista como transgressora do dispositivo binário de gênero. Ademais, definir a identidade de pessoas transexuais sobre o dispositivo binário de gênero, do qual a sociedade, como conhecemos, depende para seu “perfeito funcionamento” ameaça a estabilidade de toda uma estrutura social,

⁴ “Trans” é usado como forma abreviada de transgênero. Ainda que transgênero seja um bom termo para uso geral, nem todo mundo cujo aparência ou comportamento é considerada gênero-divergente irá identificar-se com pessoa transgênera. As formas com que a cultura popular, a academia e a ciência se referem as pessoas transgêneras estão em constante mutação, particularmente na medida em que for crescendo a consciência, o conhecimento e a abertura sobre pessoas transgêneras e suas experiências (APA, 2011 in LANZ, 2017).

⁵ Transgênero (adj.) é um termo genérico para pessoas cuja identidade de gênero, expressão ou comportamento de gênero não se conforma com o que é tipicamente associado à categoria de gênero em que foram classificados ao nascer. A identidade de gênero refere-se ao senso interno de uma pessoa em pertencer ao gênero masculino, feminino ou qualquer outra coisa; expressão de gênero refere-se à maneira como uma pessoa manifesta sua identidade de gênero para os demais, através de comportamento, vestuário, corte e penteado de cabelo, tom de voz e postura física (APA, 2011 in LANZ, 2017).

política, cultural, econômica (LANZ, 2017, p.19) e, diante dos fatos apresentados, a estrutura político-religiosa do Irã. Sendo a principal religião, o Islamismo não adota a separação de Igreja e Estado, e no Irã tem sido a religião oficial do país, também integrando o seu governo desde a islamização do Irã em torno de 640. Nos séculos seguintes os xiitas adquiriram influência política. A Constituição da República Islâmica reconhece o Islamismo, o Cristianismo, o Judaísmo e o Zoroastrianismo, mas determina como religião oficial do Estado apenas o Islamismo. Considerado apostasia, a homossexualidade é proibida e pode levar à morte. A Constituição em tese autoriza em seu artigo 23 a liberdade de crença, mas sua redação é contraditória, e em outros artigos os juízes são autorizados a determinar sentenças de acordo com a tradição e os decretos religiosos islâmicos.⁶

De acordo com estatísticas da ILGA – International Lesbian Gay, Trans and Intersex Association, em pleno século XXI, a transgressão de gênero continua sendo crime em mais de oitenta países, sujeito a penas que variam da prisão, castração química e açoites físicos até pena de morte (LANZ, 2017, p.80). Todavia, o Alcorão não trata da homossexualidade. A sexualidade é um conceito moderno e o Alcorão apenas faz referências sobre atos sexuais. O Profeta Muhammad e os primeiros estudiosos também falavam sobre atos sexuais e desejo. No entanto, os estudiosos clássicos não discutiam a diferença entre atos sexuais e identidade. No Alcorão, Surat al-Rum (Alcorão 30:22) diz que Deus criou os seres humanos com diferentes *alwan*, uma palavra que pode significar tanto “cores” como “gostos”. Os seres humanos com certeza têm diferentes gostos para muitas coisas – inclusive a sexualidade. Parece claro que a diversidade sexual também deve ser um tipo de diversidade humana que foi criada pela sabedoria divina de Deus. Porém, por outro lado, o Alcorão menciona a diversidade sexual especificamente. Na Surat al-Nur (Alcorão 24:31-24:33) podemos perceber o questionamento sobre “homens que não têm necessidade de mulheres”. Esses “homens que não têm necessidade de mulheres” podem ter sido gays ou assexuais, mas por definição não eram homens heterossexuais e não são julgados ou condenados em parte nenhuma do Alcorão. O Alcorão sequer menciona a palavra “homossexualidade”, no entanto ele não faz referência a gays, lésbicas ou bissexuais. Na verdade, estudiosos tiveram que criar

⁶ United Nations (2005-11-02) Human rights questions: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives General Assembly, Sixtieth session, Third Committee. A/C.3/60/L.45

um termo para homossexualidade em árabe: *al-shudhudh al-jinsi*, um termo que significa “sexualmente raro ou incomum”. Havia homens na sociedade árabe na época do Profeta Muhammad que se enquadravam na descrição do Alcorão de “homens que não sentem necessidade de mulheres”. Um estudo detalhado da literatura islâmica daqueles primeiros tempos também demonstrou que o Profeta aceitava homens chamados *mukhanath* (KUGLE, 2003). Os *Mukhanath* eram homens que “agiam como mulheres” – eles poderiam ser considerados transgênero hoje em dia ou poderiam ser gays cuja orientação sexual fazia com que fossem vistos como alguém que “age como mulheres”. O Profeta Muhammad parecia reconhecer que esses homens eram diferentes dos outros. Inclusive, sua esposa Salaama tinha um amigo *mukhanath* chamado Hit. Diferente de outros homens, Hit tinha a permissão de entrar tanto nos espaços dos homens como no das mulheres – Muhammad confiava no *mukhanath* a ponto de permitir que ele entrasse no espaço privado das mulheres no lar do Profeta (ROWSON, 1991).

Alguns fatores podem ter contribuído para a decisão de Khomeini além do campo dos saberes islâmicos como o caso das conhecidas *hijras* do Oriente, bem como antecedentes da própria história islâmica. No oriente “Hijra” é o termo mais frequente usado para descrevê-las. É derivado do urdu, a língua poética da cultura islâmica do subcontinente indiano. Outra palavra amplamente usada por eles é *khusra*, que vem da língua punjabi (noroeste da Índia, nordeste do Paquistão). O próprio termo *mukhanath* (ou *muhannas*) é também usado em certos contextos, e muitas *hijras* o preferem. Na literatura inglesa, a palavra eunuco é mais frequentemente empregada para se referir a elas (COHEN, 1995). É correta até certo ponto, ou seja, no caso de esse termo ser relacionado ao pensamento muçulmano medieval do que significava um eunuco: que era basicamente um homem emasculado. Contudo, essa ideia pode levar a conclusões enganosas de que as *hijras* são homens castrados, já que a maioria são transexuais, transgêneros ou intersexuais. Algumas *hijras* afirmam que sua sociedade já foi conhecida desde Índia até Espanha, quando da expansão do Império Otomano. Outras, que fizeram os Hajj (peregrinação a Meca) insinuam uma conexão próxima entre sua sociedade e a antiga comunidade dos eunucos que guardavam o túmulo do profeta Mohamad e o sagrado mosteiro de Meca. Levando isso em consideração, as comunidades muçulmanas *hijras* de hoje em dia são as únicas sobreviventes intactas da

sociedade *mukhannath* islâmica medieval, tendo até mesmo ligações antigas com as tradições hindus. Inclusive, na Índia, o direito de voto só foi concedido aos eunucos a partir de 1994 onde uma *hijra* chamada Shabnam Mausi (literalmente: "tia Shabnam") ficou famosa por se tornar a primeira *hijra* a ser eleita para a Assembleia Legislativa do estado de Madhya Pradesh na legislatura de 1998 a 2003. No novo milênio, várias *hijras* ganharam destaque em Madhya Pradesh. Cinco delas, incluindo Shabnam, batizadas como 'paanch Pandavas' (cinco Pandavas), foram eleitas para vários cargos públicos. Kamla Jaan tornou-se prefeita de Katni, enquanto Meenabai tornou-se presidente da câmara do município de Sehora, a mais antiga entidade cívica do país.

Na região conhecida como al-Andalus, governada por muçulmanos, os não cristãos (judeus e muçulmanos) praticavam a homossexualidade abertamente, tendo relacionamentos estáveis e intercuro sexual com parceiros do mesmo sexo, eram a elite intelectual e política da época (SUBH, 1994). Abderramão III, Aláqueme II, Hisham II, e al-Mutamid mantinham haréns masculinos. As memórias de Badis, o último rei Zirid de Granada, faz inúmeras referências à contratação de prostitutas, que além de cobrarem valores exorbitantes pelos seus serviços, mantinham como clientela a mais alta classe da região. Apesar das inúmeras críticas dos cristãos, a homossexualidade nunca foi claramente condenada entre árabes e judeus medievais. No último século de dominação islâmica na Espanha, a homossexualidade era inclusive vista como uma prática de resistência ao cristianismo que se impunha cruelmente, destruindo escolas, bibliotecas, sinagogas e mesquitas da região. A Idade do Ouro do ocultismo também aconteceu em Al-Andalus, na Idade Média Ibérica. Os místicos, principalmente judeus e muçulmanos, estudavam, desenvolviam e ensinavam a Cabala e a Alquimia. A Ordem dos Templários teve uma presença significativa nessa região, onde são encontradas a maioria dos capítulos da Ordem. Principalmente entre os místicos muçulmanos e judeus o relacionamento entre dois homens era bastante comum e visto com naturalidade. Os cristãos referiam-se a esses místicos como escandalosos e depois de inúmeras acusações, terminaram por decretar a pena de morte aos homossexuais. Alguns grupos se mantiveram ocultos em confrarias e irmandades secretas, consta inclusive a presença de cristãos nesses grupos, que realizavam

uma espécie de culto à Virgem Maria e podem ter relações com a Ordem dos Templários.

O casal mais famoso desse período foi Juan II e o seu amante Álvaro de Luna. O assassinato de Álvaro de Luna pelos cristãos se tornou no século XVII um evento bastante representativo da repressão à homossexualidade. Granada era vista como um lugar frequentado predominantemente por intelectuais e artistas abertamente homossexuais. Os cristãos acusavam os judeus de terem introduzido a "sodomia" na Espanha. A relação entre os judeus sefarditas de Granada e a homossexualidade ainda é claramente vista em letras de canções tradicionais da época. Federico García Lorca, nascido em Granada e tido como o maior poeta da Espanha e um dos maiores escritores do mundo, homossexual assumido que foi assassinado pelos franquistas na Guerra Civil Espanhola, fez inúmeras referências à Granada homossexual nos seus escritos. Por se tratar de uma história contada pela minoria sobrevivente ao massacre provocado pela cristandade ibérica, os estudos sobre a homossexualidade nesse período ainda são insuficientes para determinar com mais clareza a vida quotidiana em Al-Andalus⁷. O lesbianismo era comum, sobretudo nos haréns, embora se tratasse de relações mantidas discretamente por serem passíveis de utilização em intriga política. Algumas mulheres privilegiadas do Al-Andalus tinham acesso à educação; existem antologias modernas de poesia escrita por mulheres, em que o amor entre mulheres aparece tratado com naturalidade. A homossexualidade passa a ser categorizada e referida como anomalia a partir do século XIX, por influência do pensamento cristão na formação de cientistas e acadêmicos da época (FRY, 1993). Até mesmo os pensadores muçulmanos e judeus posteriores acabam sofrendo influência ideológica do cristianismo, passando a condenar veementemente a homossexualidade, sem saber que muitos místicos e estudiosos que sistematizaram seus rituais e textos sagrados eram abertamente homossexuais.

De qualquer forma, independentemente das hipóteses que levaram Khomeini a tomar tais medidas, o que percebemos em relação às posturas adotadas pelo Irã é que as autoridades não sabem, ou não querem saber, a diferença entre identidade e

⁷ My Beloved is Like a Gazelle': Imagery of the Beloved Boy in Religious Hebrew Poetry," Hebrew Annual Review, 8 (1984), 143-65

sexualidade e médicos são orientados a dizer a homens e mulheres gays que eles estão "doentes" e precisam de tratamento. O importante é estabelecer e manter a norma binária da estrutura social. Pacientes gays são encaminhados a clérigos para que sua fé seja fortalecida. Também, não há informações confiáveis sobre o número de operações de mudança de sexo realizadas no Irã. Khabaronline, uma agência de notícias alinhada com o governo, disse que os números subiram de 170 em 2006 para 370 em 2010. Um médico de um hospital iraniano disse à BBC que só ele realiza mais de 200 dessas operações todos os anos. Porém, a maior preocupação é que a cirurgia de mudança de sexo esteja sendo oferecida para pessoas que não são transexuais — e sim homossexuais.

Está ocorrendo uma violação de direitos humanos. O que me deixa triste é que as organizações que deveriam ter um propósito humanitário e terapêutico estejam do lado do governo ao invés de olhar para o ponto de vista das pessoas. (Shabnam — nome fictício — psicóloga em uma clínica estatal do Irã)

Com as facilidades e o advento das novas tecnologias, fica cada vez mais fácil se reduzir a questão a um problema de saúde e, desta forma, condicionar os corpos a uma condição binária que reforça estereótipos construídos em relação às pessoas transgênero. Construções não só como as de gênero tem se desenvolvido diante de argumentações puramente sociais, carecendo, portanto, de essência ou simplesmente amparadas por dogmas morais e religiosos. As tecnologias podem realmente estar confundindo as fronteiras de nossos corpos físicos (GIDDENS, 2005). O corpo humano, sujeito às forças sociais, assume significados que muitas vezes acabam por desafiar o código binário estabelecido socialmente. O tratamento dado à condição como mitológica ou até mesmo histórica utilizado no Irã pode levar a construções demasiadamente perigosas pois transforma aquilo que é artificial, ou seja, a estrutura binária, em algo naturalizado e assim reafirmando o discurso hegemônico perpetrado na sociedade em questão e reverberando em violência, fazendo com que pessoas sejam punidas pela expressão da sua identidade de gênero.

Repensar a necessidade individual de escolha entre a construção e a desconstrução dos corpos deve ser o objetivo das sociedades em tempo presente,

escapando das normas estabelecidas pelo senso comum de que aquilo que não é “normal”, ou seja, naturalizado, se encontra na norma desviante e assim pode ser considerado patológico. Se dogmas religiosos reforçam esse artifício, isto ocorre mediante o reforçamento de discursos hegemônicos estabelecidos pelas práticas sociais que impõem e regulam as ações das pessoas no mundo moderno e que acabam por qualificar socialmente apenas cidadãos cisgênero. É necessário que se inviabilize os aparatos repressivos que estabeleçam modelos de conduta que neguem a legitimidade de outras formas de expressão.

Referências

- CAMPARICA, Marcio. *Por que o islamismo não deve condenar a homossexualidade*. 2015. Disponível em: <<http://ladobi.uol.com.br/2015/07/isla-homossexualidade/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- COHEN L. The pleasures of castration: the postoperative status of Hijras, Jankhas and academics. In: Abramsom PR, Pinkerton SD, editors. *Sexual nature, sexual culture*. Chicago: The University of Chicago Press; 1995.
- DOSSE, François. *Renascimento do Acontecimento*. Editora Unesp, 2013.
- FRY, Peter; Macrae, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- GIDDENS, Antony. *As Transformações da Intimidade – Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedade Modernas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. *Sociologia*. Porto Alegre: Art,ed, 2005.
- HAMEDANI, Ali. *Gays sofrem pressão para mudar de sexo e escapar da pena de morte no Irã*. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/11/gays-sofrem-pressao-para-mudar-de-sexo-e-escapar-da-pena-de-morte-no-ira.html>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- KOSELLECK, Reinhart. *Extratos do Tempo – Estudos sobre História*. Contraponto Editora, 2004.
- KUGLE, Scott Siraj al-Haqq. Sexuality, Diversity and Ethics in the agenda of progressive muslims. In: POWER, Tynan. *Progressive Muslims: On Justice, Gender, and Pluralism*. Paperback. April 21, 2003.

LANZ, Letícia. *O Corpo da Roupa: a Pessoa Transgênera entre a Conformidade e a Transgressão das Normas de Gênero. Uma Introdução aos Estudos Transgênero*. Curitiba: Movimento Transgente, 2. Edição, 2017.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

OLIVEIRA, F. *Por que o Irã aceita a transexualidade?* 2016. Disponível em: <<http://br.blastingnews.com/mundo/2016/07/por-que-o-ira-aceita-a-transexualidade-001002921.html>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ROWSON, Everett K. (October 1991). The Effeminate of Early Medina. *Journal of the American Oriental Society*. American Oriental Society.

ZIPFEL, Isabell. *Hijras, the third sex*. eBook with 34 Images. Amazon, ASIN B009ETN58C.